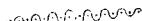


1.º A Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, que alterou em alguns pontos a do 1º de Outubro de 1828, nada decretou com referência ás atribuições dos Presidentes das Camaras Municipaes nesta conferidas. Tais atribuições subsistem portanto;

2.º Não procede o *simile* alludido, por quanto, si o voto de qualidade dos Presidentes das Camaras Municipaes é um direito expresso por lei, não assiste o mesmo direito aos Presidentes das Camaras Legislativas e das Assembleás Provinciales, *ex vi* dos arts. 23 e 82 da Constituição, que exigem a maioria absoluta de votos nas resoluções legislativas.

O que V. Ex. fará constar ao dito Vereador.

Deus Guarde a V. Ex.—*Pedro Leão Velloso*.—Sr. Presidente da Província de Pernambuco.



N. 46 — EM 18 DE MAIO DE 1883

Estabelece regras para o fornecimento, que por conta do Estado se faz, dos livros para uso dos alunos pobres das escolas públicas de instrução primária.

Ministério dos Negócios do Império.—2ª Directória.—Río de Janeiro em 18 de Maio de 1883.

Em resposta ao officio de 41 do corrente mez, declaro a Vm. que fica autorizado, conforme pede, a adoptar as seguintes providencias:

1.º Os livros fornecidos por conta do Estado para uso dos alunos pobres das escolas públicas de instrução primária serão utilizados durante os exercícios escolares, e, terminados estes, deverão os Professores guardá-los;

2.º Os Professores receberão os livros por um termo;

3.º Sómente lhes serão entregues novos livros douz annos depois, procedendo-se préviamente a exame nos anteriores, atin de se verificar si falta algum e si efectivamente estão imprestáveis;

4.º Estes serão arrecadados para terem destino conveniente.

Deus Guarde a Vm.—*Pedro Leão Velloso*.—Sr. Inspector Geral da Instrução primária e secundária do município da Corte.

